



signos geográficos

Boletim NEPEG de Ensino de Geografia

ISSN: 2675-1526

www.revistas.ufg.br/signos

CIDADES QUE ENCANTAM, CIDADES QUE EDUCAM: CAMINHOS PARA UMA CIDADE EDUCADORA

ENCHANTING CITIES, EDUCATING CITIES: WAYS TO AN EDUCATIONAL CITY

CIUDADES QUE ENCANTAN, CIUDADES QUE EDUCAN: CAMINOS PARA UNA
CIUDAD EDUCADORA

Antônio Orlando de Castro

Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará, Pará, Brasil
orlandocastrogeo@gmail.com

Adolfo Oliveira Neto

Universidade Federal do Pará, Pará, Brasil
adolfoneto@ufpa.br

João Márcio Palheta

Universidade Federal do Pará, Pará, Brasil
jmpalheta@uol.com.br

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar as contribuições do Movimento Internacional das Cidades Educadoras e suas possíveis contribuições para a educação básica no Brasil, diagnosticando sua relevância para a prática cidadã, como também, destacar seus princípios norteadores, sugerindo caminhos para a constituição desses espaços educativos formais e não formais. Ao mesmo tempo, problematizar os pontos relevantes da questão urbana como desafios para a construção de uma cidade educadora e para o ensino da Geografia no mundo contemporâneo, cada vez mais complexo e dinâmico. Buscando, a partir dos múltiplos usos da cidade, a construção de um projeto educativo que, por um lado, dialogue com as histórias e territórios dos múltiplos sujeitos que constroem as cidades e, por outro lado, dialogando com uma prática educativa dinâmica e ativa. O presente artigo toma como referência a experiência desenvolvida na cidade de Ananindeua, Pará, na Região Metropolitana de Belém. A atividade desenvolvida foi a criação de um roteiro Geo-turístico e educativo na cidade, em Ananindeua desenvolvido para alunos do ensino básico.

Palavras-chave: cidades educadoras, questão urbana, territórios educativos, ensino de Geografia, Ananindeua.

Abstract: The article aims to analyze the contributions of the International Movement of Educating Cities and their possible contributions to basic education in Brazil, diagnosing its relevance to citizen practice, as well as highlighting its guiding principles, suggesting ways for

the constitution of these formal educational spaces. and not formal. At the same time, problematize the relevant points of the urban question as challenges for the construction of an educating city and for the teaching of Geography in the contemporary world, which is increasingly complex and dynamic. Seeking, from the multiple uses of the city, the construction of an educational project that, on the one hand, dialogues with the stories and territories of the multiple subjects who build the cities and, on the other hand, dialoguing with a dynamic and active educational practice. This article takes as a reference the experience developed in the city of Ananindeua, Pará, in the Metropolitan Region of Belém. The activity developed was the creation of a Geo-tourist and educational itinerary in the city, in Ananindeua developed for elementary school students.

Keywords: educating cities, urban question, educational territories, Geography teaching, Ananindeua.

Resumen: El artículo tiene como objetivo analizar las contribuciones del Movimiento Internacional de Ciudades Educadoras y sus posibles contribuciones a la educación básica en Brasil, diagnosticando su relevancia para la práctica ciudadana, así como destacando sus principios rectores, sugiriendo formas para la constitución de estos espacios educativos formales. y no formal Al mismo tiempo, problematice los puntos relevantes de la cuestión urbana como desafíos para la construcción de una ciudad educadora y para la enseñanza de la Geografía en el mundo contemporáneo, que es cada vez más complejo y dinámico. Buscando, desde los múltiples usos de la ciudad, la construcción de un proyecto educativo que, por un lado, dialoga con las historias y territorios de los múltiples sujetos que construyen las ciudades y, por otro lado, dialoga con una práctica educativa dinámica y activa. Este artículo toma como referencia la experiencia desarrollada en la ciudad de Ananindeua, Pará, en la Región Metropolitana de Belém. La actividad desarrollada fue la creación de un itinerario geoturístico y educativo en la ciudad, en Ananindeua desarrollado para estudiantes de primaria.

Palabras clave: ciudades educativas, cuestión urbana, territorios educativos, enseñanza de Geografía, Ananindeua.

Apresentação

O que sabemos dos lugares é coincidirmos com eles durante um certo tempo no espaço que são. O lugar estava ali, a pessoa apareceu, depois a pessoa partiu, o lugar continuou, o lugar tinha feito a pessoa, a pessoa havia transformado o lugar.

José Saramago (2018)

O caminhar diário em uma cidade se faz, muita das vezes, despercebido. Uma rua, uma praça, um monumento, o movimento das pessoas que animam e dão vida aos lugares, tudo isso guarda as múltiplas histórias, tempos e temporalidades dos sujeitos que constroem as cidades, sendo ela não apenas o resultado da ação dos agentes hegemônicos, mas, também, um conjunto complexo e contraditório dos diversos projetos territoriais cristalizados ao longo do tempo. O reconhecimento dessas dinâmicas e contradições como educativas reconfigura a cidade e a própria escola para que elas sejam aprendidas pelos seus cidadãos, em especial, pelas crianças

e jovens. Buscando o uso pleno da cidade, por meio do exercício da cidadania, o urbano possibilita o aprender e o ensinar, rompendo os muros das escolas, onde todo lugar e toda a pessoa se tornam ensináveis.

Nessa perspectiva, a cidade se torna educadora e, ao mesmo tempo, educanda (FREIRE, 2001) e todos os sujeitos se tornam membros do processo educativo, contribuindo para uma sinergia de valorização e respeito pelo que é público e pelo público. A cultura local, como elemento que produz e é produzida pelos sujeitos, é redimensionada, atravessando todas as relações sociais e criando um movimento de pertencimento, de identidade, e, conseqüentemente, de luta pelos seus direitos. Para Gadotti (2006):

[...] a cidade pode ser “intencionalmente” educadora. Uma cidade pode ser considerada como uma cidade que educa quando, além de suas funções tradicionais — econômica, social, política e de prestação de serviços — exerce uma nova função cujo objetivo é a formação para e pela cidadania. Para uma cidade ser considerada educadora, ela precisa promover e desenvolver o protagonismo de todos — crianças, jovens, adultos, idosos — na busca de um novo direito, o direito à cidade educadora: enquanto educadora, a Cidade é também educanda (GADOTTI, 2006, p.134).

A crise atual das cidades, sobretudo nos países subdesenvolvidos, pelo inchaço populacional e déficit de políticas públicas que pensem as cidades como o território da multiplicidade de relações, sujeitos, tempos e formas de vida, torna-se um dos maiores desafios para o século XXI. E os sintomas dessa crise, são: a violência, a favelização, a prostituição, o desemprego, a poluição, o individualismo, dificuldades de mobilidade, a banalização dos espaços públicos, a segregação socioespacial, os espaços de contenção, a degradação do patrimônio material e imaterial, falta de infraestrutura de transporte, saneamento, saúde e educação. Esses sintomas criam um desencantamento em relação as perspectivas de vida da classe trabalhadora que é materializado na cidade.

A cidade sitiada é característica dessa crise, que reforça o fenômeno da segregação socioespacial, pois as classes mais privilegiadas se protegem em condomínios horizontais e verticais fortemente monitorados e vigiados. E os menos favorecidos são segregados nas periferias das cidades, em favelas, ou moram nas ruas, praças, viadutos e prédios abandonados. A violência contribui para relacionamentos virtuais e em espaços seletivos, como *shopping centers*, abandonando as praças e outros logradouros, que por falta de interesse e pressão social são abandonados por grande parte do poder público, favorecendo a degradação desses espaços. É nesse sentido que Rodrigues (2008) destaca esse desafio à sociedade e aos gestores municipais, para que juntos possam criar políticas públicas para enfrentar esses problemas,

estimulando uma política capaz de criar mudanças de hábitos e espaços de interação social para uma sociedade solidária, que conviva coletivamente e seja mais humana.

É nessa lógica que surge em Barcelona (Espanha), em 1990, o movimento das cidades educadoras, buscando a valorização dos lugares e dos sujeitos das cidades. Esse movimento criou um compromisso, através de uma carta, para todas as cidades que fazem parte de uma rede de cidades educadoras pelo mundo, que já contam com 487 cidades, em 36 países (AICE, 2018). Valorizar a cidade, face aos seus inúmeros desafios urbanos, resgatar a importância dos sujeitos, valorizando a cultura local para uma prática cidadã, torna a cidade encantadora, e conhecer esses caminhos é uma meta a ser seguida pelas urbes do globo, convertendo assim a cidade em uma escola.

Algumas experiências brasileiras se tornaram referência na prática educadora nas décadas de 1990 e nos anos 2000; sobretudo a de Porto Alegre (TOLEDO; FLORES; CONZATTI, 2004) e, depois, nas múltiplas experiências das cidades que construíram a rede nacional, como as relatadas por Simões (2010), Rodrigues (2008) e Gadotti; Padilha; Cabezudo (2004), por exemplo. Em escala global, algumas das experiências de grande visibilidade são a rede espanhola de cidades educadoras, com destaque para a cidade de Barcelona (AGUDO et. al., 2003) e Bogotá (ESTEBÁN et. al., 2005), entre outras.

Nessa perspectiva, analisaremos a cidade de Ananindeua que faz parte da Região Metropolitana de Belém (RMB), a partir do roteiro Geo-turístico e educativo que criamos para o município, baseado nos estudos de Pontuschka (2007) e Tavares (2018). O objetivo é provocarmos uma reflexão, através das práxis geográfica, para a valorização da cidade como um espaço educador em todas as suas dimensões.

A metodologia utilizada para a elaboração da pesquisa teve como primeiro momento a revisão bibliográfica e bibliométrica sobre o movimento das cidades educadoras. Tomamos como referência a base disponibilizada no Google Scholar. Além da bibliometria da questão central, optamos pela revisão bibliográfica de temas que consideramos importantes para o debate, como a questão urbana, roteiros geoturísticos e ensino de Geografia. A segunda etapa foi o planejamento de um roteiro educativo na cidade, tomando como referência a experiência dos roteiros Geo-turístico e educativo, o que, posteriormente, nos proporcionou a pesquisa de campo, entrevistas com os sujeitos diretamente envolvidos na temática. Levou-se em consideração, os conceitos de espaço, paisagem e lugar, a partir do materialismo histórico e dialético, da produção do espaço urbano, suas contradições, suas desigualdades e suas lutas, como também, dados quantitativos e qualitativos do município de Ananindeua, destacando os Signos Geográficos, Goiânia-GO, V.2, 2020.

mais diversos fenômenos urbanos, na percepção dos sujeitos, e na sua produção patrimonial cultural material e imaterial.

Nesse sentido, o primeiro tópico organizamos em torno da revisão bibliométrica e bibliográfica sobre a temática das cidades educadoras, posteriormente, apresentamos um breve histórico dessas cidades. Seguido, de caminhos para se pensar Ananindeua como uma cidade educadora, com a elaboração e execução de um Roteiro Geo-Turístico e Educativo na cidade com alunos do ensino básico da escola pública, estudantes do curso de Geografia, professores, autônomos e profissionais liberais.

O que diz a bibliometria sobre as cidades educadoras?

A análise bibliométrica foi realizada em duas bases. A primeira foi no *Web of Science*, em 20 de janeiro de 2020. A procura foi por termo e teve como buscador os termos “Cidades Educadoras” ou “Ciudad Educadora” ou “Ville Éducatrice” ou “Educating Cities” e tinha como objetivo avaliar a influência dos autores a partir da citação, os termos com mais ocorrências e os autores que mais apareciam nas referências dos trabalhos analisados. Foram selecionados todas as opções de materiais e todo o período disponível na base. Como o resultado na base foi pequeno (33 ocorrências), optamos por abandonar esta amostra e partir para outra análise.

A segunda pesquisa foi realizada na base do *Google Scholar* em 27 de janeiro de 2020 e teve como descritor os mesmos termos. A amostra selecionada foi das 800 primeiras ocorrências para, a partir de então, avaliar o impacto da obra pelo número de citações que a base acusa. Após a organização deste material (autor, ano, obra, citações), correlacionamos a quantidade de citações com o ano em que foram publicadas as 35 obras com maior impacto, o que gerou a Figura 01, em que o impacto das obras é representado por um círculo proporcional à quantidade de citações, inserido no ano em que foram publicadas.

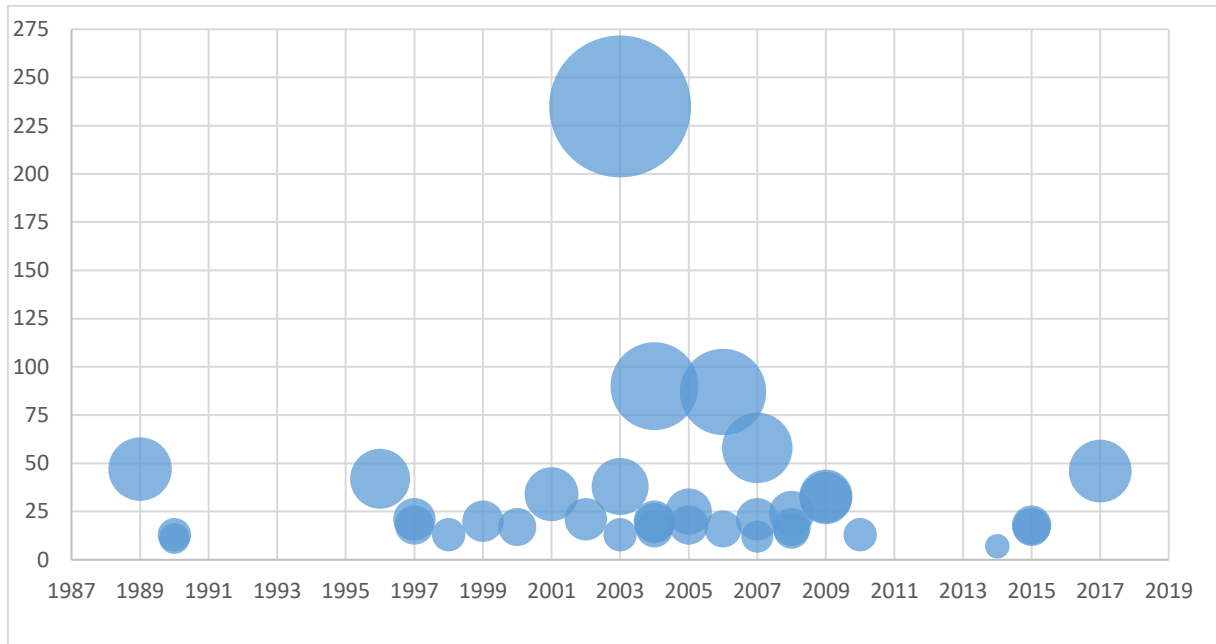


Figura 01: Influência dos trabalhos na base Google Scholar.

Fonte: Google Scholar (15/01/2020)

Organização: Adolfo Oliveira Neto

Dos trabalhos analisados, os dez com maior impacto na plataforma analisada foram Carrano (2003), com 235 citações, Gadotti; Padilha; Cabezudo (2004), com 90 citações, Gadotti (2006), com 86 citações, Bernet (2007, 1989), com 58 e 47 citações, respectivamente, Coma Quintana; Santacana Mestre (2017), com 46 citações, Colom (1996), com 42 citações, Jurado (2003), com 38 citações, Jahir (2001), com 34 citações e Páramo (2009), com 33 ocorrências de citação na plataforma.

Dentre os trabalhos mais influentes, há de se destacar a importância seminal de Bernet (1989), que é um dos trabalhos que inicia o debate, tendo grande influência nos anos posteriores discutindo as primeiras experiências da cidade de Bogotá como uma cidade educadora. No entanto, os trabalhos de maior expressão acabaram sendo os produzidos na década de 2000, exceto Coma Quintana; Santana Mestre (2017) que conseguiu ter um grande impacto acadêmico em um tempo muito curto.

Em relação aos idiomas em que este debate é realizado, a principal característica é que ele é desenvolvido em espanhol, sobretudo porque essas políticas públicas tiveram mais influências nas cidades colombianas, sobretudo Bogotá, e nas cidades espanholas. Por este motivo, dos 35 trabalhos de maior impacto analisados, 71% são escritos em língua espanhola, seguido pelos 23% escritos em português e apenas 3% em inglês. Também encontramos um documento que é traduzido para os quatro idiomas que analisamos, como aponta a Figura 02.

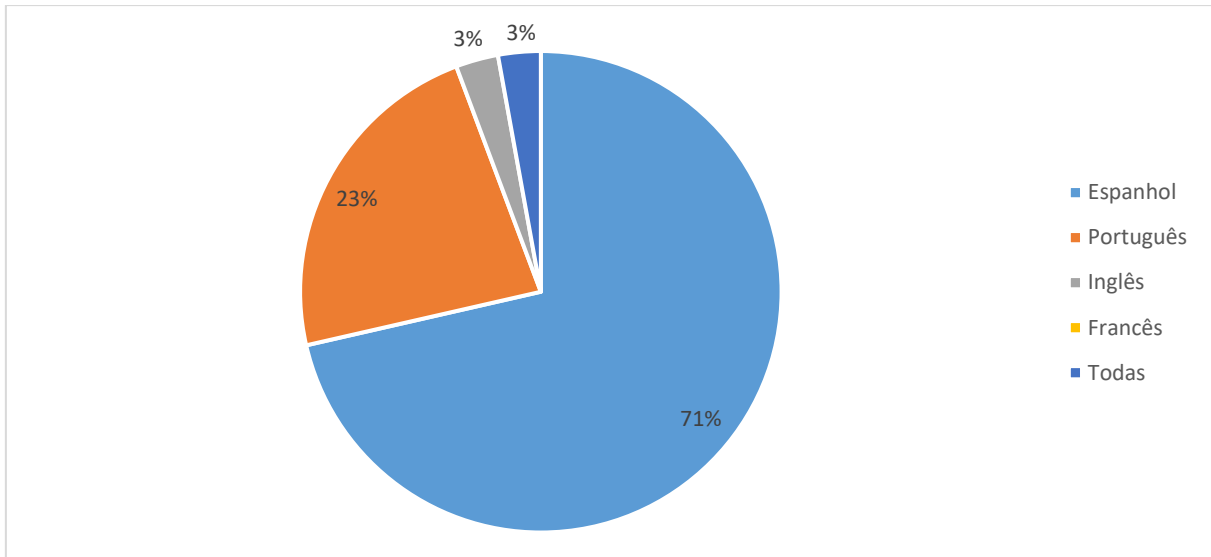


Figura 02: Idioma em que os trabalhos foram publicados.

Fonte: Google Scholar (27/01/2020)
Organização: Adolfo Oliveira Neto

A análise da produção acadêmica mostra relação direta com os lugares em que esta política pública teve maior efetividade, seja nas políticas ligadas ao poder local, seja na formação de redes de cidade que ajudaram a formular políticas e trocas de experiências. Dois processos também podem ser destacados. O primeiro é que esta é uma política pública e uma experiência de caráter eminentemente local, fazendo com que as mudanças de conjuntura política nas cidades tenham impactos diretos. No entanto, esta também é uma característica que demarca uma diversidade imensa de experiências, cada cidade formulando uma perspectiva a partir dos sujeitos e características locais. O segundo é que este debate parece ter se arrefecido na década de 2010, com o debate mudando de características em alguns casos, como nos recentes trabalhos relacionados à educação integral e territórios educativos.

Um breve histórico das cidades educadoras

O primeiro marco significativo para o debate foi a realização do I Congresso de Cidades Educadoras, em 1990, na cidade de Barcelona com o objetivo de realizar projetos e atividades para melhorar a qualidade de vida nas cidades. O movimento foi formalizado no III Congresso da Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE), em Bolonha (Itália), em 1994.

O principal documento de referência do movimento é a Carta das Cidades Educadoras, redefinida no Congresso Internacional de Gênova (Itália), em 2004, que “partiam do princípio que o desenvolvimento dos seus habitantes não podia ser deixado ao acaso” (CARTA, 2004). Seus princípios se baseiam na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), a Declaração Mundial da Educação para Todos (1990), a Cimeira Mundial para a Infância (1990) e a Declaração Universal sobre Diversidade Cultural (2001), tendo como prioridade as crianças e os jovens, incluindo outras faixas etárias, como os idosos. A proposta das cidades educadoras possui uma forte relação com o direito à cidade, por um lado, e com o direito social à educação, ambos entendidos como universais, multidimensionais e inalienáveis. O manifesto define que:

Primeiro investir na educação de cada pessoa, de maneira a que esta seja cada vez mais capaz de exprimir, afirmar e desenvolver o seu potencial humano, assim como a sua singularidade, a sua criatividade e a sua responsabilidade. Segundo, promover as condições de plena igualdade para que todos possam sentir-se respeitados e serem respeitadores, capazes de diálogo. Terceiro, conjugar todos os fatores possíveis para que se possa construir, cidade a cidade, uma verdadeira sociedade do conhecimento sem exclusões, para a qual é preciso providenciar, entre outros, o acesso fácil de toda a população às tecnologias da informação e das comunicações que permitam o seu desenvolvimento (CARTA, 2004, p.2).

A carta apresenta princípios cidadãos, democráticos e solidários. Segundo a Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), a cidade educadora deve trabalhar a escola como um espaço múltiplo, aprendendo com e pela cidade, valorizando o aprendizado vivido e priorizando a formação de valores (AICE, 2016).

Esse é o reconhecimento que as relações sociais que produzem e reproduzem-se no espaço são educativas e que, por isso, toda a cidade é educadora. O perfil das cidades é de possuir personalidade própria, estando integrada ao território nacional e internacional, sendo complexa e, ao mesmo tempo, diversa, fazendo parte de uma rede urbana de cidades. As políticas públicas para essas cidades buscam que na interação com ela os sujeitos aprendam, partilhem, interajam, decidam, usem e enriqueçam as suas dinâmicas no movimento de construção de uma cidade pública, diversa, sustentável, democrática e plural, Reconhece-se, assim, não apenas os sujeitos e as dinâmicas que produzem a cidade atual, como as múltiplas dinâmicas e sujeitos que a produziram historicamente, sejam como sujeitos valorizados pela historiografia oficial, sejam como sujeitos que resistiram e tiveram suas histórias e territórios marginalizados nas periferias.

Para tanto, é preciso criar políticas públicas que promovam um encontro entre a escola e as dinâmicas territoriais, já que são estas dinâmicas e conflitos que se materializam nas

cidades, nos nomes das ruas e praças, nos lugares frequentáveis por uns e não outros, na definição dos espaços de lazer e etc. como, por exemplo, um prédio histórico da época do café ou da borracha, do final do século XIX. O movimento de rua, *o hip hop*, *o funk*, a capoeira, o grafite, as festas religiosas, ou as festas culturais de cada cidade, representam as manifestações artístico-culturais dessas cidades, que precisam ser, primeiramente, conhecidas e, posteriormente, valorizadas.

Nesse sentido, o território ganha relevância já que ele mesmo é um elemento educativo (OLIVEIRA NETO, 2011), sendo uma perspectiva de análise dos múltiplos processos e embates que construíram as cidades, entendidas como o lugar do múltiplo, do diverso e da conflitualidade na sua construção.

Nas dinâmicas propostas pelo movimento das cidades educadoras, cooperação e colaboração devem fazer parte desses lugares, sociedade, instituições (escola, clubes, governo, associações, cooperativas, etc.) e as pessoas devem atuar nesse sentido, valorizando o protagonismo juvenil e a participação crítica. Essas cidades reforçam um amplo movimento de cidadania global, na medida em que um de seus princípios é a cidadania, sobretudo o direito à cidade, no seu sentido mais pleno. A busca é por democracia e coexistência pacífica de seus cidadãos, no sentido de promover equilíbrio e harmonia entre identidade e diversidade, procurando soluções para seus problemas de forma multilateral, aceitando a contradição e permitindo o diálogo. Nesse caminho, Cavalcanti destaca que:

A formação da cidadania para a vida urbana é o objeto básico do projeto de cidade educadora; uma formação que garanta que todos possam se manifestar e buscar maneiras de viabilizar a realização de seus desejos e necessidades e de compreender e resolver os problemas do cotidiano desses espaços. As cidades são diferentes, assim como o são as pessoas que nela vivem. Porém, é preciso pensar em desejos, em problemas compartilhados social e historicamente; é preciso pensar em cidades educadoras como expressão de um plano estratégico para a vida social no mundo atual (CAVALCANTI, 2008, p.152).

Uma cidade educadora prepara para a cidadania efetiva, partindo da relação espaço-tempo, sociedade-natureza, a partir do lugar e suas experiências subjetivas (OLIVEIRA, 2014). O direito a uma cidade educadora é o direito à educação de qualidade em todas as suas dimensões e lugares e a justiça social. A valorização de toda a forma de manifestação cultural, de valorização do patrimônio material e imaterial de sua população, como também à valorização do seu patrimônio natural, como biomas e sua rede hidrográfica, difundindo a sua história, valorizando a identidade na diversidade. Reforça-se, assim, a responsabilidade da sociedade e dos governos locais em assumir os princípios de uma cidade educadora.

Segundo a Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE), atualmente existem 487 cidades associadas a ela, em 36 países (ASSOCIAÇÃO, 2016). O continente europeu é o líder com 14 países (Alemanha, Bélgica, Croácia, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Itália, Polônia, Portugal, Romênia, Suécia e Suíça), sendo a Espanha o país que possui o maior número de cidades educadoras, com 203 cidades, seguida pela França, com 86 e Portugal, com 71 cidades (Figura 03). Isso se deve ao fato de a Europa ser o berço desse movimento, que, como já frisamos, surgiu em Barcelona em 1990, daí a Espanha ter o maior número de cidades. Outro ponto importante é a tradição europeia em movimentos sociais e o nível de desenvolvimento humano desses países.

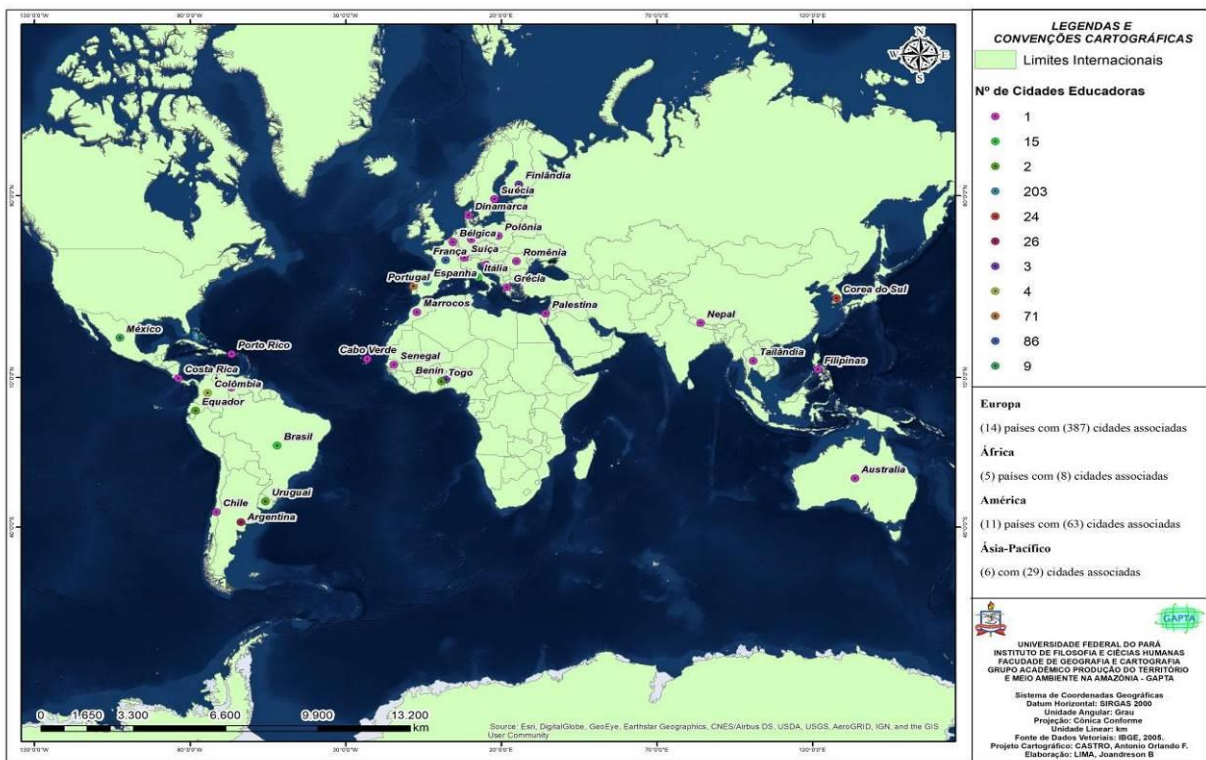


Figura 03: Mapa de Localização dos Países com Cidades Educadoras

Fonte: AICE – Associação Internacional de Cidades Educadoras.

Organização: Antônio Orlando de Castro.

Além da Europa, o continente americano apresenta 11 países e 63 cidades associadas, destacando a Argentina, com 26 cidades, e o Brasil com 15 (Belo Horizonte, Caxias do sul, Guarulhos, Horizonte, Mauá, Nova Petrópolis, Porto Alegre, Santiago, Santo André, Santos, São Bernardo do campo, São Carlos, São Paulo, Sorocaba e Vitória), seguido da Ásia-Pacífico com 6 países e 29 cidades e da África com 5 países e 8 cidades. É bom destacar que, independentemente de se associar a AICE, é preciso que as cidades realizem essas atividades de integração, valorização da diversidade dos sujeitos e lugares locais.

Caminhos para pensar Ananindeua como cidade educadora

Apesar de Ananindeua não fazer parte das cidades educadoras da AICE, e de o Município não possuir práticas de ensino formais na cidade, extra muro das escolas, ela, assim como outras cidades, possui inerentemente um papel de cidade educadora, pois apresenta uma história ímpar, uma dinâmica socioespacial única, uma natureza bem peculiar amazônica, bem como, os desafios que as grandes e médias cidades apresentam hoje. Entre esses desafios, destacam-se seu crescimento urbano horizontal e vertical, uma pressão demográfica, que reflete a luta pela moradia, saneamento, segurança, emprego, escola, ou seja, cidadania, em face da violência, do desemprego, da segregação socioespacial, da marginalização social, do narcotráfico e outras formas de crime organizado.

Fazendo parte da Mesorregião Metropolitana de Belém, da microrregião de Belém e da Região Metropolitana de Belém – RMB (Figura 04), junto com os municípios de Marituba, Benevides, Santa Bárbara, Santa Izabel, Castanhal e da cidade primaz, Belém, Ananindeua se destaca com um dos maiores Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Pará, com 6,2 bilhões de reais (IBGE, 2015) e a terceira maior população da Amazônia, com 525.566 habitantes (estimativa IBGE, 2018), atrás de Belém e Manaus, com uma área de 191.429 km². Seus principais núcleos centrais são o núcleo administrativo, onde se localizada a sede municipal, a Cidade Nova e o eixo da BR-316, do 1º ao 4º quilômetros (RODRIGUES; SOBREIRO FILHO; OLIVEIRA NETO, 2018).

Seus limites são ao Norte com município de Belém, ao Sul com o rio Guamá, a Leste com os municípios de Marituba e Benevides e a Oeste com o município de Belém. Seus moradores da cidade recebem o nome de “ananindeuense”, Ananindeua nome de origem tupi, que significa “lugar de Ananim”, ou abundância de Ananim. Ananim ou anini é uma gutíferacea com sapupemas em forma de joelho e flores escarlates muito abundantes, que gera uma resina chamada “Cerol”, muito utilizada para lacrar as fendas das embarcações.

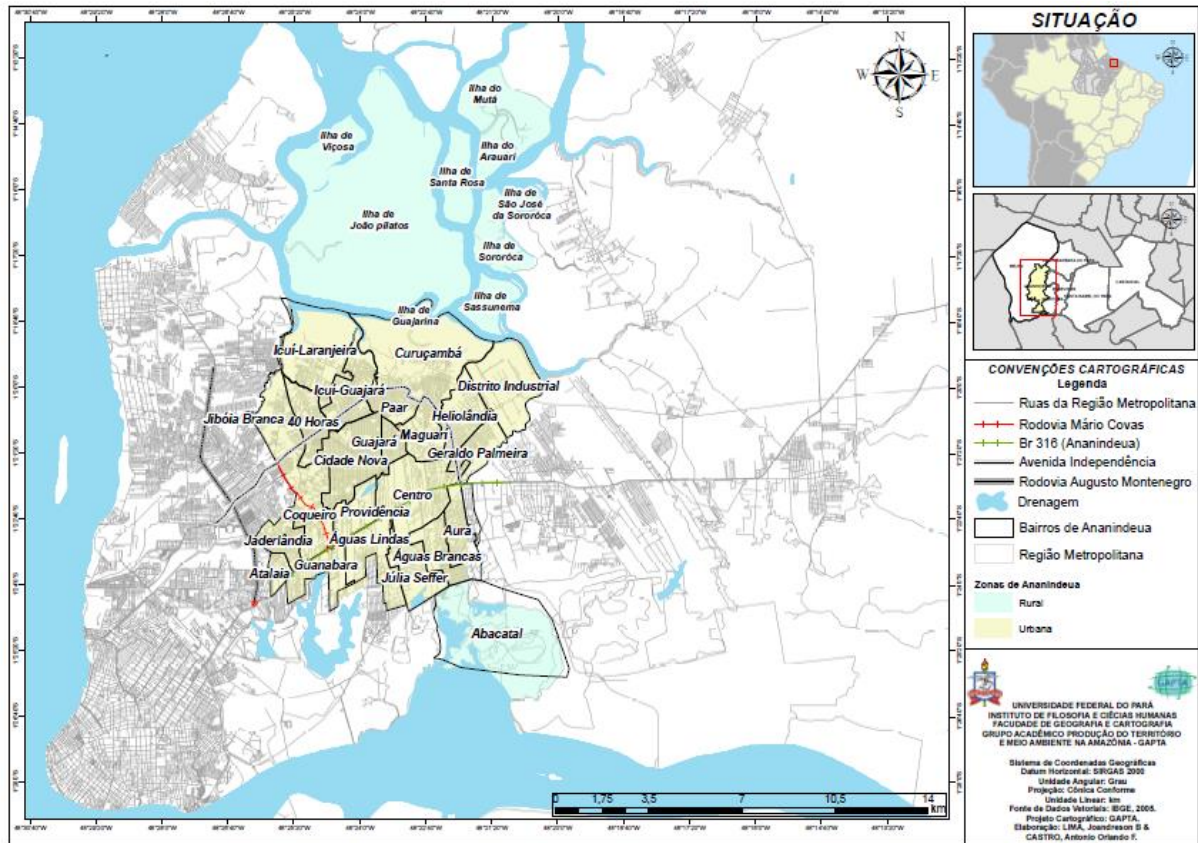


Figura 04: Mapa do Município de Ananindeua – PA.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

O município é composto por uma área rural, que corresponde, principalmente à região das ilhas, 14 no total, pouco habitadas, destacando as ilhas de Viçosa, João Pilatos, Santa Rosa, Mutá, Arauari, São José da Sororóca, Sororóca, Sassunema e Guajarina, as quais guardam uma mostra da biodiversidade da floresta equatorial amazônica, e outra área que fica próxima a bacia hidrográfica do rio Aurá, próximo a Colônia Agrícola do Abacatal e rio Guamá (IBGE). Os rios ainda são utilizados, contribuindo para os fluxos populacionais na cidade, apesar de a maior parte desses fluxos se concentrarem na BR-316. São inúmeros rios, representados pelos rios Guamá ao Sul, fazendo limite com Belém; o Maguari-Açu, ao Norte e o Benfica a Nordeste limitando com Benevides. Para o Guamá vertem o rio Água Preta, limite natural, a Oeste, com o Município de Belém; o rio Uriboquinha, o qual, em todo o seu curso, serve de limite parcial com Benevides; e o igarapé Aurá. O rio Maguari-Açu deságua no furo do Maguari e forma limite natural, a Noroeste, com o Município de Belém.

O relevo de Ananindeua é plano, relativamente uniforme, típico das planícies fluviais amazônicas, com baixa oscilação altimétrica, com média de 16 metros, o que acaba favorecendo a produção do espaço urbano, como a construção de rodovias e habitações. Seus principais solos

são os Latossolos Amarelos distróficos, de média textura, como também, de solos Concrecionários Lateríticos Indiscriminados distróficos, com textura indiscriminada (FAPESPA, Apud FREIRE; LIMA; SILVA, 2018).

Ananindeua apresenta um clima tropical quente e úmido, com chuvas durante o ano todo, com um índice pluviométrico de 2.870 mm anuais, com elevada umidade do ar de 85%, temperaturas médias de 26°C (ALVES, 2006). Esses dados refletem o contexto amazônico do município, com muitas chuvas, principalmente, entre dezembro e maio, período mais chuvoso, denominado de “inverno amazônico”, diferente dos meses de junho a novembro, período de menor intensidade das chuvas.

O município teve sua origem a partir da ocupação da sua porção meridional por parte de africanos, que fugiam da escravidão, nas margens dos rios Guamá, Acará, Moju e Capim no início do século XVIII. No século XIX, ocorreu a ocupação da porção Norte por ribeirinhos, nas áreas que hoje são os bairros do Curuçambá e Distrito. Com a economia da Borracha e a construção da Estrada de Ferro de Bragança (EFB), e o crescimento urbano de Belém, a vila de Ananindeua se tornou um centro agrícola de abastecimento da capital, que sofreu um crescimento urbano significativo. Ananindeua ganhou a denominação de “ponta de Trilho” da EFB (PENTEADO, 1967).

No início do século XX, surgiu um pequeno povoado, para dar suporte ao extrativismo madeireiro na parte Norte da EFB, com o objetivo de abastecer de madeira as caldeiras da *Parah Electric Railways and Lighting Company* (ANANINDEUA, 2006). Em 1916 a companhia vendeu a área do distrito de Ananindeua para a *Sounders & Davis* que criou o Curtume do Maguari, contribuindo para o que mais tarde se chamaria a Vila Operária, depois passaria a se chamar Vila Maguari, com os primeiros equipamentos urbanos (ACEVEDO; CASTRO, 2004). Com a decadência da economia da borracha, ocorreu o processo de continentalização de Belém, com a expansão do seu sítio urbano, e Ananindeua que, até a década de 1940, era um distrito de Belém, passou a ser, em 30 de dezembro de 1943, por meio de um Decreto-lei Estadual nº 4.505 do então interventor Federal Magalhães Barata, um município. Sua instalação ocorreu em 03 de janeiro de 1944, com sua sede reconhecida como cidade em 31 de dezembro de 1947, contanto com os distritos de Benevides, Benfica e Engenheiro Arari, que, em 1961, seriam desmembrados de Ananindeua para a criação do município de Benevides (ANANINDEUA, 2006).

Até as décadas de 1950 e 1960, Ananindeua era um município majoritariamente rural, o que começou a mudar a partir das décadas de 1970 e 1980, fruto do processo de transformação
Signos Geográficos, Goiânia-GO, V.2, 2020.

da região, baseado no padrão de integração rodoviário, de estímulo à urbanização e a um processo de modernização conservadora. Destacam-se, nesse contexto, os grandes projetos de infraestrutura, agrominerais e agropecuários que irão promover um processo de desterritorialização da população rural da Amazônia, uma migração para as cidades amazônicas, produzindo um crescimento urbano de Belém (BECKER, 1990). Ocorre também, uma valorização das áreas centrais de Belém, contribuindo, nesse contexto, para uma dispersão do espaço metropolitano, em que as áreas rurais de Ananindeua passam a ser incorporadas nesse processo, destacando a implantação de conjuntos habitacionais (RODRIGUES, 1998). Essa dispersão urbana irá se concentrar em direção da BR-316 e da Rodovia Augusto.

Nas décadas de 1980 e 1990, o município sofreu um intenso processo de urbanização, com taxas de 10,4% em 1980 para 79,5% na década de 1990, e em 2010 para 99,8% (IBGE, 1980, 1990, 2010) sendo sua população total de 88.151 em 1991 para 393.569 em 2000 (Tabela 01).

Período	Pop. Urbana	População Total	Taxa de Urbanização	População Rural
1960	3.353	20.330	16,5 %	16.977
1970	2.916	22.527	12,9 %	19.611
1980	6.858	66.027	10,4 %	59.169
1991	70.051	88.151	79,5 %	14.100
2000	392.627	393.569	99,8 %	942
2010	470.819	471.980	99,8 %	1.161

Tabela 01: Crescimento demográfico do município de Ananindeua, Pará (1960-2010)

Fonte: IBGE. Censos Demográficos (1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010) Apud RODRIGUES; SOBREIRO FILHO; OLIVEIRA NETO, 2018.

Refletindo a intensidade desse processo de urbanização da região metropolitana de Belém, Ananindeua se destaca como um grande centro demográfico, possuindo a maior densidade demográfica entre os municípios que compõem a região metropolitana, com 2.477,56 hab/km², seguido de Belém com 1.315,27 hab/km² (RODRIGUES; SOBREIRO FILHO; OLIVEIRA NETO, 2018). Ganha a denominação de cidade dormitório, grande parte por sua população trabalhar em Belém e ir dormir em Ananindeua, mantendo diariamente um fluxo migratório pendular.

Recentemente, Ananindeua recebeu uma série de empreendimentos, nas áreas de serviços (escolas, universidades, hospitais, laboratórios, postos de combustíveis, advocacia, etc.) comércio (Shopping Center, concessionárias, lojas, magazines e supermercados), novos

conjuntos residências e atividades bancárias, principalmente, ao longo da BR-316, rodovia Mario Covas, rodovia dos 40 Horas (atual Hélio Gueiros), Avenida Arterial 18 (atual Dom Zico). Investimentos que estão transformando a cidade, dando um novo dinamismo, com significativo crescimento econômico.

A partir desse retrospecto da Ananindeua articulando à concepção de cidades educadoras, destacando a sua importância para a prática cidadã, inclusiva, solidária e sustentável, emergiu a valorização desse movimento e a importância de dele participar. Surgiu nesse contexto o roteiro Geo-Turístico e educativo de Ananindeua, baseado nos trabalhos de Tavares (2018), como um exemplo de cidade que educa e que encanta. Nesse roteiro, os caminhos da cidade educadora serão abordados, evidenciando aspectos positivos e negativos, destacando os sujeitos sociais e seus modos de vida, seus fenômenos urbanos, seu patrimônio cultural, seus problemas e desafios do cotidiano. Ananindeua se torna uma escola extra muro, um guia para o turismo urbano e para a prática educativa cidadã, possibilitando, aos sujeitos da cidade, um conhecimento mais profundo. Para tanto, considerou-se a atividade de estudo do meio, conforme a concepção de Pontuschka (2007), baseada numa metodologia interdisciplinar para explicar um determinado espaço, o que uma única disciplina de forma isolada não consegue explicar. A autora sugere, de forma didática, cinco etapas para um projeto de estudo do meio: o encontro preliminar com os sujeitos sociais, visita preliminar e a opção pelo percurso, o planejamento, elaboração do caderno de campo: fonte de pesquisa e a pesquisa de campo reveladora da vida.

Com base em um levantamento bibliográfico, iconográfico e documental, fomos a campo destacar os principais pontos de referência para o nosso roteiro, levando em consideração o tempo de percurso e a necessidade de que o trajeto seja percorrido a pé (TAVARES, 2018). Outro fator importante para a delimitação do roteiro foi encontrar na cidade uma área que pudesse concentrar objetos espaciais do passado e do presente, revelando para os educandos um pouco da relação socioespacial e da relação da sociedade com a natureza, com os objetos e com ela própria.

Valorizamos nessa etapa, também, o conceito de lugar, sendo o espaço percebido e vivido, dotado de significado e onde se desenvolvem e extraem-se os “sentidos de lugar” e as “imagens de lugar” (SOUZA, 2013). Esse conceito dialoga com os conceitos de espaço, que representa a totalidade, e de paisagem que apresenta o imediato, o sensível.

O lugar é uma dimensão cultural-simbólica, estando relacionado às questões de identidades, a intersubjetividade e as trocas simbólicas, por trás de imagens e sentidos dos lugares enquanto espacialidades vividas e percebidas (SOUZA, 2013), dotadas de significado.

Nesse sentido, destacamos o bairro do Centro em Ananindeua, núcleo originário da cidade, e alguns pontos de parada, começando pela Praça Matriz de Ananindeua, num percurso de, aproximadamente, 1,8 km, de duração máxima de 4h, até o Instituto Evandro Chagas (Figura 05).

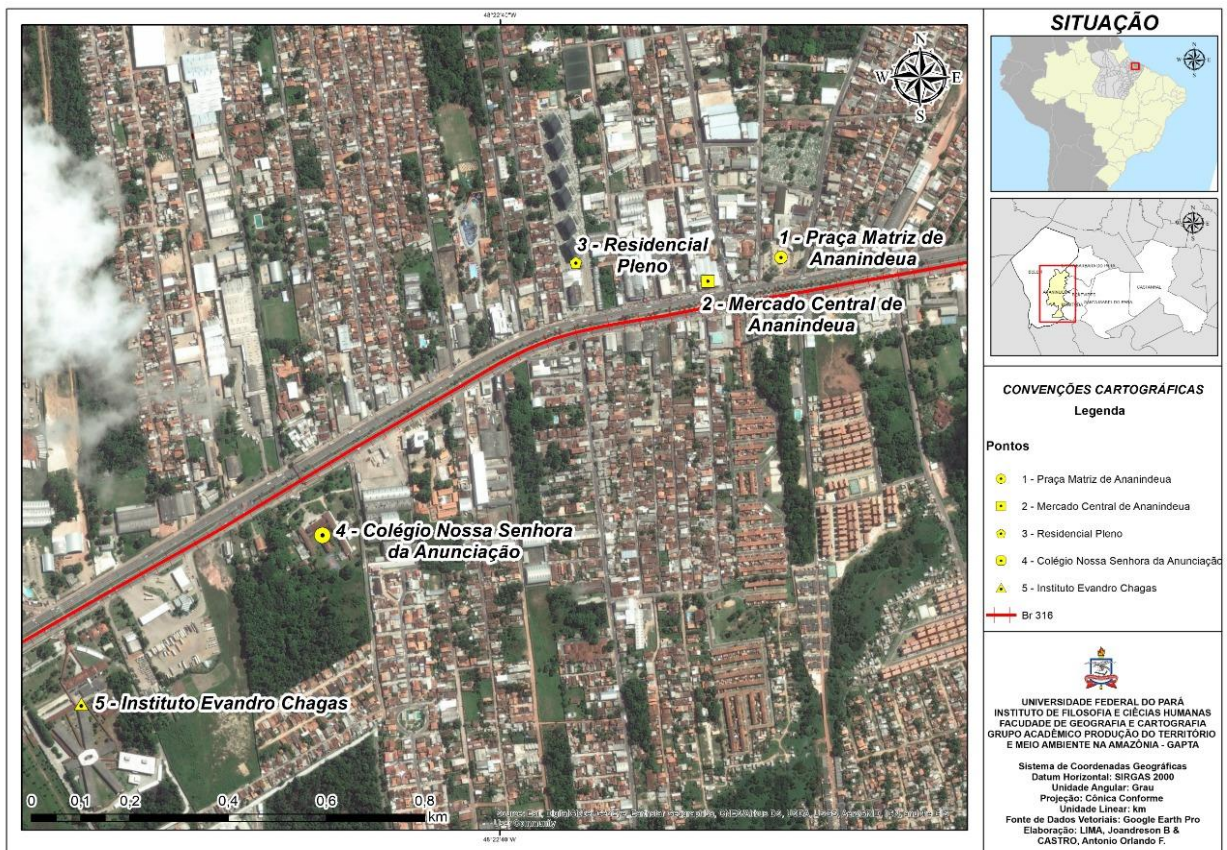


Figura 05: Roteiro Geo-Turístico e educativo de Ananindeua.
Organização: Antônio Orlando de Castro

O roteiro Geo-turístico e educativo de Ananindeua foi realizado no dia 31 de março de 2019, contando com mais de 100 pessoas, entre alunos do ensino básico da escola pública, estudantes do curso de Geografia, professores, autônomos e profissionais liberais. Começando as 8h:30. na praça matriz e terminando as 11h:00 no Instituto Evandro chagas.

A seguir destacaremos alguns pontos de parada e suas respectivas relevâncias para a sociedade e o espaço, em um contexto de cidade educadora:

a) Praça da Matriz

Próximo ao local onde surgiu o povoado de Ananindeua, no que hoje é a praça, foi construído um ponto de parada da Estrada de Ferro de Bragança (EFB), no km 14. Em 1884, quando sua função era fornecer lenha para as locomotivas, Ananindeua passou a ser conhecida como “ponta do trilho” (Figura 06). A facilidade de acesso contribuiu para o crescimento do povoado, tornando-se gradativamente freguesia, distrito de Belém, distrito de Santa Izabel, depois novamente de Belém, até se emancipar em 1944. Em 1920, foi construída a capela São Raimundo Nonato, o primeiro núcleo religioso do povoado, ocorrendo em 1935, a construção da igreja matriz. Em 1960, foi inaugurada a BR-010 (Belém-Brasília), atual BR-316, e os fluxos para a região aumentaram significativamente.



Figura 06: Estação da EFB, século XIX

Estação da EFB de Ananindeua, inicia a formação do povoado de Ananindeua,

Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/braganca/ananindeua.htm>. Acesso em 2 fev. 2019.

Na Praça Matriz encontramos também a Igreja de Nossa Senhora das Graças, padroeira da cidade e uma das primeiras igrejas de Ananindeua (Figura 07). Inicialmente, uma capela, cujo padroeiro era São Raimundo Nonato, em 1935, por sugestão popular, D. Antônio Lustosa, arcebispo de Belém, determinou a troca de padroeiro para Nossa Senhora das Graças.



Figura 07: Praça da Matriz século XX.
Foto: Antônio Orlando de Castro (2019).

Encontramos também no entorno da praça três escolas estaduais: E.E.E.F. José Marcelino, E.E.E.F.M. Raimundo Falcão e E.E.E.F.M. Armando Fajardo, além do prédio da Prefeitura Municipal ao lado.

Nessa primeira parada, foi destacada a formação territorial do município, que apesar dos seus 75 anos de emancipação, sua história é muito mais antiga. Destaca-se, também, a privatização da praça e a sua histórica descaracterização, funcionando, atualmente, mais como um estacionamento e um parque de diversão durante as festividades do Círio de Ananindeua, que ocorre no terceiro domingo de agosto, em homenagem a Nossa Senhora das Graças (Figura 08).



Figura 08: Praça Matriz na década de 1990.
Foto: Arquivo da paróquia de Nossa Senhora das Graças.

b) Mercado Central de Ananindeua

Reinaugurado em 2015, o Mercado Central de Ananindeua (MCA) teve sua primeira construção na década de 1960. Já mudou de lugar algumas vezes, é uma das referências do centro de Ananindeua, com uma diversidade de produtos e serviços, contando, atualmente, com 200 feirantes. O MCA vem sofrendo com a expansão dos supermercados e atacarejos em seu entorno. Localizado na Rua Cláudio Sanders (antiga estrada do Maguari), na esquina com a BR-316, no bairro do Centro. O local guarda algo ainda tradicional de algumas cidades do Brasil, o ir à feira, para comprar o almoço do dia, para comprar um utensílio do lar, cortar um cabelo, ou, simplesmente, lanchar (Figura 09).

Entre seus principais problemas, estão: a falta de manutenção constante, a limpeza permanente e diária do local, e uma melhor organização dos feirantes, no que se refere à padronização dos boxes e sua higienização. Apesar da associação dos feirantes do Mercado Central e da sua luta por melhorias, cabe a conscientização da sociedade sobre a valorização desse importante patrimônio cultural da cidade.



Figura 09: Mercado Central de Ananindeua
Foto: Marcos André (2019).

Ir ao mercado é uma prática cotidiana de muitos ananindeuenses, porém, em alguns casos, não há um sentimento de pertencimento em relação ao mercado, pelas pessoas e pelas suas lutas, o que acaba refletindo na desvalorização do patrimônio cultural. Através do roteiro Geo-turístico e educativo, busca-se resgatar esse sentimento e a participação da sociedade pela manutenção, preservação e valorização do MCA. Seu Marivaldo, um dos feirantes mais antigos, que desde 1977 tem acompanhado as transformações no mercado, inclusive suas mudanças de local, contribui com uma importante fala. Ele afirma que isso contribui para a falta de referência para muitos moradores do centro, destacando que durante a última construção, quando foi demolido o antigo mercado, houve um enfraquecimento da identidade do mesmo.

Devido à pressão dos feirantes, da sociedade, da imprensa e da participação do ministério público, e do fato de o local estar em uma área central, podendo ser utilizado para contravenções e invasões, foi concluído e entregue o novo mercado, trazendo novos problemas, como do redesenho dos boxes e a entrada de novos feirantes, sem o consentimento dos antigos.

c) Pleno Residencial (VERTICALIZAÇÃO).

Dentro do contexto de crescimento urbano de Belém, ocorre o crescimento urbano de Ananindeua, fruto da sua dispersão para a área metropolitana, destacando, inicialmente, os

conjuntos residenciais horizontais, e, mais recentemente, os conjuntos habitacionais verticais. Na área central de Ananindeua percebe-se um baixo índice de verticalização, concentrando aproximadamente 10% dos prédios do município (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2003). Esse processo de verticalização, segundo Souza (1994, p.27) é fruto da “relação mútua de quatro agentes principais: o capital imobiliário, o capital financeiro, o capital fundiário e o capital produtivo”, o que segundo a autora torna o espaço urbano mais complexo.

Nessa terceira parada do trajeto foi destacado o crescimento vertical da cidade, que, apesar do roteiro ser na área central da mesma, não apresenta uma concentração de prédios. O pleno residencial (Figura 10), um condomínio com seis torres, é um exemplo dessa verticalização no centro, e já reflete uma pequena especulação imobiliária nessa parte da cidade. Durante os anos 1970, com a expansão horizontal da cidade, ganharam ênfase os conjuntos habitacionais da COHAB-PA, que ainda hoje apresenta grande relevância. Mais recentemente, o programa “Minha Casa Minha Vida” do governo federal, reforçou esse processo de crescimento horizontal e vertical.



Figura 10: Pleno residencial
Foto: Antônio Orlando de Castro (2019).

É importante destacar que esse crescimento urbano está relacionado à expansão urbana de Belém e à especulação imobiliária, muito mais intensa na capital. Nesse contexto

Ananindeua torna-se uma opção de moradia vantajosa, por estar integrada a capital e possuir terrenos e habitações com valores bem menores.

d) Colégio Nossa Senhora da Anunciação.

O Colégio Nossa Senhora da Anunciação (Figura 11) é fruto do trabalho missionário das irmãs servas de Nossa Senhora da Anunciação, as quais vieram da Hungria para o Pará em 1937, para trabalharem num leprosário na Colônia do Prata em Igarapé-Açu, a convite do padre salesiano José Domitrowitsch. Em 1947, o Pe. José foi transferido para Belém, para trabalhar como vigário na Paróquia Nossa Senhora das Graças, e alugou uma casa próximo à estação ferroviária de Ananindeua, onde hoje é o Mercado Central, fazendo um pavilhão para 30 meninas, com uma sala de aula, dormitório e refeitório, com educação de 1º ao 4º ano primário.



Figura 11: Colégio Nossa Senhora da Anunciação
Foto: Antônio Orlando de Castro (2019)

No dia 2 de agosto de 1948, teve início a construção do primeiro prédio da casa das irmãs e Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação, ocorrendo, em 2 de Abril de 1949, a construção do colégio e do Internato, com aulas de bordado, corte costura, pintura, trabalhos domésticos, horticultura, silvicultura e criação de suínos. Em 1971, passou a se chamar Colégio Nossa Senhora da Anunciação, incluindo agora o curso de professor de 1ª a 4ª Série. Em 1985, foi reconhecido com ensino fundamental de 1ª a 8ª série, sendo que pela manhã funcionava o primário e a tarde o ginásio, com capacidade para 180 alunas internadas e em regime de internato, externato e semi-internato.

Em 1987, terminou o regime de internato e semi-internato, aumentando o número de externato, já com a presença de meninos. Atualmente, também se concentra um polo universitário. Completando 70 anos em 2019, com prestação de serviços educacionais privado do ensino infantil ao fundamental I e II, contando, também, com uma demanda social de alunos.

Na quarta parada, pela imagem do prédio da escola, pode-se perceber que não se trata de uma construção atual, apesar das adaptações, como; porta de vidro, ar-condicionados, mobiliário, ainda mantém sua estrutura original. Um ponto que chamou atenção foi a fala de Thiago, ex-aluno da escola, que ressaltou que a construção de uma passarela em frente à escola foi fruto da luta dos estudantes, que depois de uma irmã ter sido atropelada, fecharam a BR-316, em protesto ao fato, e solicitaram a construção da passarela. Isso se tornou um exemplo de como a cidade é um espaço de luta por direitos, que os presentes no roteiro também eram sujeitos do processo de formação da cidade, e, em especial, para a construção de uma cidade inclusiva, cidadã, democrática e participativa.

Destacamos durante a caminhada a existência de uma ciclovia, a construção de calçadas, mas algumas com as ‘bocas de lobos’ (tampas de esgoto) abertas; o que é um perigo para os transeuntes, um caminho com pouca sinalização, e com ausência de lixeiras.

e) Instituto Evandro Chagas.

Referência nacional e internacional em pesquisas sobre doenças tropicais, como a febre amarela e a dengue, seu nome homenageia o médico carioca, Evandro Chagas, nascido em 1905, filho do médico Carlos Chagas, famoso por descobrir a tripanossomíase americana, doença que ganhou o seu nome, doença de Chagas. Em 1912, seu pai já desbravava o interior da Amazônia, a pedido de Osvaldo Cruz, para analisar a situação médico-sanitária da região. Em 1935, Evandro Chagas começou a estudar as condições de saneamento da região Norte. Em 1936, foi criada, no Instituto Osvaldo Cruz (IOC), a Comissão de Estudos da Leishmaniose Visceral Americana, sobre a direção de Evandro Chagas. Neste mesmo ano foi criado por lei estadual o Instituto de Patologia Experimental do Norte (IPEN) (IEC, 2009).

Evandro Chagas, em 1940, recebeu uma proposta de iniciar o programa de combate à malária na Amazônia, cujo objetivo era organizar uma rede de Institutos de Patologia Experimental por todo o País. Porém, nesse mesmo ano morreu em um acidente aéreo no Rio de Janeiro. Em sua homenagem o IPEN passou a ser chamado de Instituto Evandro Chagas (IEC).

O IEC é um órgão vinculado à Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde, atuando nas áreas de pesquisas biomédicas e vigilância em saúde pública. Nas diferentes áreas técnicas de atuação o Instituto se destaca, não só em diagnósticos de doenças e síndromes raras, mas também nos estudos da diversidade, genética e evolução de agentes etiológicos. Atualmente, com 83 anos, além da sua antiga sede, localizada na Av. Almirante Barroso, em Belém, conta com um núcleo em Ananindeua com mais de 700 mil m², onde são realizadas suas principais atividades, estando aí a sua sede administrativa, unidades de apoio e grande parte das seções científicas, além do Centro Nacional de Primatas (CENP), integrado novamente ao IEC em 2008 (Figura 12).



Figura 12: Instituto Evandro Chagas – Ananindeua (PA).
Foto: Antônio Orlando de Castro (2019)

No momento de encerramento do roteiro Geo-turístico e educativo em Ananindeua, fizemos questão de destacar que o Instituto Evandro Chagas está aberto à visitação durante a semana, pois no roteiro, não fizemos a visitação interna, devido ao tempo, e o dia ser um domingo. Reforçamos sua importância para o estudo das doenças tropicais, já destacadas, e que

o mesmo é um centro de biotecnologia na Amazônia, uma região muito cobiçada por grandes laboratórios internacionais.

Os pontos destacados apresentam características econômicas e políticas que demarcam o processo de formação territorial e algumas das políticas públicas que impactaram diretamente a cidade, colocando-a na lógica da rede urbana local.

Considerações finais

A cidade apresenta uma imensidade de possibilidades para se trabalhar com educação, e que ganha importância num mundo, cada vez mais, urbano. Soma-se a realidade da maioria dos educandos e educadores no mundo, que no Brasil já são mais de 84% morando em cidades. Sendo assim a cidade é o espaço de vivência, e seus problemas em muitos casos tem relação com a necessidade imediata dos habitantes, por moradia, emprego, educação de qualidade, segurança, saneamento, conservação da natureza e lazer.

Assim considerada, torna o ensino e a aprendizagem na cidade educadora muito mais significativo, prazeroso e esperançoso para muitos que percebem a significação de seus conteúdos para uma prática cidadã, participativa e colaborativa. Compreender a cidade é entender o seu meio, a sua existência, a partir do seu lugar, da sua experiência vivida, buscando entender a gravidade dos problemas enfrentados no dia a dia pela sociedade urbana.

Sendo assim, a cidade é um bom exemplo para a educação não formal de seus cidadãos, para que eles possam se tornar cidadãos e enfrentarem os problemas que afligem a sociedade, por meio da compreensão da realidade e uma atuação mais efetiva, contribuindo para um futuro comum e melhor.

A cidade educadora quebra paradigmas, como o da escola formal, como único espaço educativo, rompe a rotina diária de uma sala de aula, muitas vezes desconfortável e não encantadora; a ditadura dos conteúdos curriculares engessados, a educação bancária (FREIRE, 1979), o senhorio do professor, do livro didático e da rígida hierarquia do saber da escola tradicional.

A cidade educadora torna-se um espaço de múltiplas possibilidades, sendo o seu conteúdo inesgotável, mas que por questões metodológicas se limitaram neste trabalho a um roteiro pré-estabelecido, que possibilita a reflexão sobre a História, a Geografia, a educação patrimonial e a luta dos sujeitos por direitos. Existindo, assim, outras possibilidades de roteiros

Geo-turístico e educativos, como da região das ilhas de Ananindeua. Sendo assim, de maneira alguma esgotamos as possibilidades de se aprender e ensinar o urbano em Ananindeua.

Nesses espaços educativos, múltiplas espacialidades e tempos são questionados, e passam a ter outros significados para memória de seus cidadãos. Ocorre imediatamente um processo de pertencimento e de valorização das cidades, que tende a crescer quando os seus moradores passam a ser educandos e educadores, e é a partir daí que a cidade passa a ser mais que educadora, mas sim, encantadora, devendo ser esse o caminho a ser seguido pelas urbes do mundo. Venha ser também um educador?

Referências

- ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. *No Caminho de Pedras de Abacatal: experiência social de grupos negros no Pará*. 2 ed. Belém: NAEA/UFGA, 2004.
- AGUDO, Ana E. et al. *Las experiencias desarrolladas por las ciudades educadoras españolas: una tipología*. *Enseñanza*, 21, 2003, 33-76, 2003.
- ALMEIDA, Adrielson Furtado. *Ananindeua e a sua identidade cultural*. 2006. 108 f. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Turismo) - Centro Socioeconômico, UFGA, 2006.
- ALVES, O. S. *Zoneamento bioclimático da mesorregião metropolitana de Belém e influência do clima na modernização da avicultura no Estado do Pará*. 370 f. 2006. Tese (Doutorado) - Instituto da Saúde e Produção Animal, Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2006.
- ANANINDEUA. Lei nº 2.237, de 6 de outubro de 2006. Plano Diretor de Ananindeua. 2006
- ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS. Rede Brasileira. *Cidades Educadoras*. 2016 Disponível em: <<http://www.cidadeseducadorasbrasil.net.br/Cidade-Educadora.aspx>>. Acesso em: 2 out. 2018.
- BECKER, Bertha. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios).
- BERNET Jaume Trilla. La educación no formal y la ciudad educadora. Casanova, H., & Lozano, C. (Coord). *Educación, universidad y sociedad: el vínculo crítico*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2007. p. 23-42
- BERNET, Jaume Trilla. *La ciudad educadora*. Bogotá: IDEP, 1989.
- CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Juventudes e cidades educadoras*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS. Genova: 2004. Disponível em: <<http://comunidadesdeaprendizagem.org.br/Cartadascidadeseducadoras.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

CAVALCANTI, Lana Souza. *A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana*. Campinas: Papirus, 2008.

COLOM, Antoni. La pedagogía urbana, marco conceptual de ciudad educadora. Aportes Nº 45, Ciudad Educativa y Pedagogías Urbanas, *Revista de Dimensión Educativa*, n.36. p. 37-52, 1996.

COMA QUINTANA, Laia; SANTACANA MESTRE, Juan. de la source *Ciudad educadora y patrimonio: cookbook of heritage*. Madri Distributeur Trea, 2017.

ESTEBÁN, Jairo Hernando et al. Las competencias ciudadanas en el contexto de Bogotá como ciudad educadora. *Enunciación*, v. 10, n. 1, p. 40-46, 2005.

FREIRE, luciana; LIMA, Joselito; SILVA, Juliana. Riscos geológicos em áreas urbanas: implicações socioambientais em duas cidades paraenses. *Revista GeoAmazônia*. Belém, v.6, n.11, p.273-292, 2018.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *Política e educação: ensaios*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v.23).

GADOTTI, Moacir; PADILHA, Paulo Roberto; CABEZUDO, Alicia. *Cidade educadora: princípios e experiências*. São Paulo: Cortez; IPF, 2004.

GADOTTI, Moacir. *A escola na cidade que educa*. São Paulo: Cadernos Cenpec, n. 1, p. 133-139. 2006

INSTITUTO EVANDRO CHAGAS (Ananindeua). *Conhecendo o IEC*. 4 ed., Ananindeua, 2009.

JAHIR, Rodríguez Rodríguez. Ciudad educadora: una perspectiva política desde la complejidad. *Revista de Estudios Sociales*, n. 10, p. 47-62, 2001.

JURADO, Juan Carlos. Ciudad educadora: aproximaciones contextuales y conceptuales. *Estudios pedagógicos*, Valdivia, n. 29, p. 127-142, 2003.

OLIVEIRA NETO, Adolfo da Costa. *Educação popular do campo e território: uma análise da prática educativa do GETEPAR-NEP na Amazônia ribeirinha*. Programa de Pós-Graduação em Educação – UEPA, Belém, 2011.

OLIVEIRA, Janete; OLIVEIRA, Raphael. A expansão da área metropolitana de Belém-PA: uma análise da verticalização no município de Ananindeua. In: VIII ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E IV ENCONTRO LATINO AMERICANO Signos Geográficos, Goiânia-GO, V.2, 2020.

DE PÓS-GRADUAÇÃO. João Pessoa, 2003. Universidade do Vale do Paraíba, 2003. p. 1147-1150.

OLIVEIRA, Marlene. O estudo do meio sobre a cidade e o urbano na geografia: (re)pensar a prática de ensino na escola é necessário?. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 18, n.3, p. 609-623, 2014.

PÁRAMO, Pablo. Pedagogía Urbana: elementos para su delimitación como campo de conocimiento. *Revista colombiana de educación*, n. 57, p.14-27. 2009.

PENTEADO, Antônio Carlos Rocha. *Problemas da colonização e uso da terra na Região Bragantina do Estado do Pará*. Belém: UFPA, 1967. (Série José Veríssimo).

PONTUSCHKA, Nídia; PAGANELLI, Tomoko; CACETE, Núria. *Para ensinar e aprender geografia*. São Paulo: Cortez, 2007.

RODRIGUES, Edimilson. *Banidos da cidade, unidos na condição: Cidade Nova – espelho da segregação social em Belém*. Belém: UFPA/NAEA, 1998.

RODRIGUES, Jovenildo; SOBREIRO FILHO, José; OLIVEIRA NETO, Adolfo. O Rural e o urbano na Amazônia metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará. *Revista NERA*, n. 42, ano 21, 2018. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5695>>. Acesso em: 12 fev. 2019?

RODRIGUES, Lola. *Cidade educadora: um estudo sobre a experiência do Município de Esteio/RS*. 2008. 131f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-graduação em Educação, UNISINOS, São Leopoldo-RS, 2008.

SARAMAGO, José. Palavras para uma cidade. *Outros cadernos de Saramago*, 2008. Disponível em: <<https://caderno.josesaramago.org/1253.html>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

SIMÕES, Jorge Manuel Salgado. *Cidades em rede e redes de cidades: o movimento das cidades educadoras*. 2010. 118 f. Dissertação (Mestrado em Cidades e Culturas urbanas....). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2010

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo**. 1989. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

TAVARES, Maria Goretti. Turismo, patrimônio e espaço geográfico. *E-metropolis*, n.32, ano 9, p. 6-18. 2018.

TOLEDO, Leslie; FLORES, Maria Luiza Rodrigues; CONZATTI, Marli. *Cidade educadora: a experiência de Porto Alegre*. São Paulo: Cortez, 2004.

Geógrafo, educador, autor e palestrante, com bacharelado e licenciatura plena em Geografia (UFPA), especialista em ensino de geografia (UFPA) e mestrando em geografia pelo PPGE/UFPA, a mais de 20 anos professor da rede pública e privada, sendo concursado da SEDUC-PA desde 2008. Professor formador BNCC e ENEM da Escola de Governança Pública do Estado do Pará – EGPA

E-mail: orlandocastrogeo@gmail.com

Adolfo Oliveira Neto

Professor da Faculdade de Geografia e Cartografia (FGC) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), sendo fundador da cadeira 42. Professor Visitante da Universidade de Cardiff, no Reino Unido (2018). Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2017), campus de Presidente Prudente. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (2011), graduado em Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Pará (2010) e em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará (2007). Líder do Grupo de Pesquisa em Ensino de Geografia nos Países Subdesenvolvidos (GPEG/CNPQ). Coordenador do Curso de Graduação (Licenciatura e Bacharelado) em Geografia com Ênfase em Desenvolvimento Territorial Rural, oferecido em parceria entre a UFPA e o INCRA, através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Atualmente dedica-se à Questão Agrária e ao Ensino de Geografia com ênfase na educação do campo na Amazônia.

E-mail: adolfoneto@ufpa.br

João Márcio Palheta

Graduado em Licenciatura e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Pará (1995), especialização em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (FIPAM) pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA, 1996), Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará/NAEA (1999) e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP Presidente Prudente-SP, 2004). Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal do Pará, pertencente a Faculdade de Geografia e Cartografia desenvolvendo suas atividades de ensino, pesquisa e extensão na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Geografia. É Líder do Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia (GAPTA/CNPq), Ex-Tutor do Programa de Educação Tutorial (PET/MEC) da Faculdade Geografia e Cartografia, Ex- Diretor Adjunto do IFCH (2006-2010), Membro do Conselho Diretor da FADESP, Ex- Diretor Geral do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (2010-2014) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2, Socioefetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) e Ex-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFPA). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Análise Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Gestão e Ordenamento Territorial, Organização Econômica dos Territórios de Mineração na Amazônia, Geopolítica dos Recursos Minerais e Impactos Socioeconômicos-ambientais dos Grandes Empreendimentos na PanAmazônia.

e-mail: jmarciopalheta@uol.com.br

Recebido para publicação em 22 de outubro de 2020.
Aprovado para publicação em 01 de dezembro de 2020.
Publicado em 23 de dezembro de 2020.